

POLÍTICA

Constituinte

Como deve ser a nova Carta? Quem e quais partidos devem predominar? Nesta página, discussões, tendências e opiniões sobre o assunto.

“A nova Carta será a que o PMDB quiser.”
E são três os pontos essenciais, diz o senador: liberdade, fim da miséria e um Estado menos opressivo.



Fernando Henrique

“A nova Carta constitucional do País será a que o PMDB quiser.” Mas existem pelo menos três pontos fundamentais dos quais não se deve abrir mão: o primeiro é o desejo de liberdade da sociedade, o que implica a manutenção do Estado de Direito; o segundo é o fim da miséria e do estado de pobreza, sem o que não haverá liberdade e, por último, impedir que o Estado sufoque a sociedade.

“A burocracia parasitária não pode impedir que o espírito de risco, o direito do cidadão e a capacidade de empreendimento sejam limitados no Brasil”, dizia na manhã de ontem o senador Fernando Henrique Cardoso, na praça Luís Carlos Mesquita, na Barra Funda, onde realizou um comício-relâmpago debaixo de uma chuva fina. Ele é candidato à reeleição pelo PMDB, dada como a mais folgada pelos institutos de pesquisas.

Fernando Henrique, que, se reeleito, constituirá uma das principais lideranças da Assembléia Constituinte, não tem dúvida de que o PMDB fará ampla maioria em todo o País. Daí sua opinião de que a nova Carta será um reflexo da vontade de um PMDB que hoje abriga antigos direitistas radicais, homens de centro direita, de centro esquerda e da esquerda mais extremada.

Será um partido tão heterogêneo que se perderá entre propostas conflitantes, inviabilizando a nova Constituição do País? Como compatibilizar as idéias de Nilson Gibson — um malufista confesso, hoje ao abrigo do PMDB de Pernambuco para atender às pretensões do ex-governador Miguel Arraes em voltar ao poder — com as do progressista Fernando Lyra, do mesmo Pernambuco, que teve uma atuação decisiva para a formação da Aliança Democrática e posterior eleição do presidente Tancredo Neves?

“Em todos os grandes órgãos colegiados, especialmente quando se trata de um colegiado encarregado de elaborar uma Carta constitucional para o País, é claro que

se torna heterogêneo. Por isso, é preciso capacidade das lideranças para homogeneizar as diversas propostas, tendo por base a vontade legítima da sociedade. Esta liderança tem que ser inclusive interpartidária, pois, mesmo sendo o PMDB a maioria absoluta, terá que dar vez a outras correntes de opinião”, diz o senador.

Fernando Henrique não transige, entretanto, quanto à necessidade de os constituintes apresentarem propostas objetivas, novas e viáveis, para que as lideranças possam compatibilizá-las com os interesses nacionais. “O PMDB mostrou, ao longo dos últimos anos, que dispõe de líderes suficientes e com esta capacidade de mobilização. Por isso que as teses do partido foram revitalizadas quando o PMDB assumiu o governo e percebeu o surgimento de novos tempos no País. Agora, a responsabilidade do PMDB aumenta à medida que a Constituição será aquilo que os peemedebistas quiserem”, acrescenta o senador.

Mas Fernando Henrique garante não desejar que, com a detenção da maioria absoluta na nova Constituinte, o PMDB se transforme num partido único e autoritário. “Neste último caso, acho que se deve propor uma longa avenida que permita entrar no século XXI com todos os instrumentos necessários para fazer frente às diversidades que surgem de uma nova realidade.”

E como evitar que o PMDB cresça tanto que se transforme num partido único? “Este problema não é do PMDB, mas dos outros partidos, que deveriam ser adversários mais competentes. Porque, apesar de não querer nunca ser a única agremiação do País, o partido não pode é ganhar a eleição e organizar um partido forte para os adversários. Cada partido deve buscar a sua sustentação sozinho, com base na conquista do voto popular, que deve ser a base primordial de qualquer organização partidária”, diz Fernando Henrique.

Augusto Freitas

A Constituinte não deve ser integrada por representantes de uma única linha ideológica, para que as minorias também possam ter vez e voto. Um eventual desequilíbrio gerará permanentes conflitos entre os constituintes e os representantes claudicantes, que comparecerão às sessões e pressionarão os parlamentares. Esta é a opinião do secretário geral da Câmara Federal, Paulo Afonso Martins de Oliveira, em palestra na IBM do Brasil, em Brasília, sobre o Poder Legislativo.

S em dúvida alguma, o País terá uma “Constituinte viciada e com tendência nitidamente conservadora”, porque o “poder econômico está dominando todo o processo eleitoral”. A crítica foi feita

ontem, em Porto Alegre, pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta. Para ele, dificilmente o País alcançará as “necessárias alterações” nos campos político, social, econômico e cultural, o que provocará a continuidade da luta por mudanças, após o processo constituinte.

Os candidatos da Aliança Democrática que quiserem usar os planos e medidas do governo Sarney em suas campanhas políticas já têm onde buscar informações. O Palácio do Planalto está distribuindo, gratuitamente, uma cartilha que destaca a importância da Constituinte, na esfera política, e o Plano Cruzado, na econômica. Com o título de “A construção de um novo Brasil”, os cinco

mil exemplares iniciais já estão esgotados.

Por outro lado, os trabalhadores de São Paulo que quiserem informações sobre a atividade parlamentar dos deputados federais de seu Estado, para se decidirem na hora de votar, também já têm uma fonte de consulta. O “Quem é quem” do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) foi lançado ontem em Santos.

Obra semelhante deverá ser distribuída aos demais Estados, com uma síntese da atuação de seus respectivos deputados federais. Trata-se de um perfil da posição do parlamentar diante dos principais projetos relacionado com os traba-

lhadores, como os Decretos-Leis 2.045 e 2.065, ou ainda sua posição diante das “diretas-já” ou do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves.

Para o deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), “80% da população sabe o que é uma Constituinte e, pelo que tenho visto na televisão, ousou supor que a metade dos candidatos à própria Constituinte não sabem o que é uma Constituição”. Por isso, Flávio Bierrenbach está percorrendo o interior do Estado lançando seu livro “Quem tem medo da Constituinte”, definido por ele como uma contribuição aos “jovens que nasceram ou cresceram dentro do regime militar”, impedidos de “participar dos debates em torno dos grandes temas nacionais”.

Os deputados-constituintes identificados com correntes de esquerda deverão representar 25% da Assembléia Nacional Constituinte. A avaliação é de assessores parlamentares dos ministérios militares. A pesquisa eleitoral, em fase de reexame, será encaminhada aos ministros da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. Constam, também, previsões para o Senado e de prováveis deputados novos e reeleitos.

A coleta de informações das assessorias militares foi feita em Brasília e nos Estados. A atuação mais intensa foi da assessoria do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que teria tomado a iniciativa. Há algumas falhas, com nomes e siglas trocados, e candidatos considerados favoritos não relacionados. A pesquisa não incluiu o pleito de governador, o que revela o interesse maior na composição da Assembléia Constituinte e no futuro relacionamento dos assessores militares com o Poder Legislativo.

O trabalho dos assessores militares teve a preocupação de identificar, entre os deputados com possibilidades de reeleição, os que têm posição esquerdista — ou “progressista”. Diante de cada nome assim considerado pelos pesquisadores está a letra “e”, de “esquerda”.

São eles Haroldo Lima (PC do B), Alberto Goldman (PCB), Bocayuva Cunha (PDT), Brandão Monteiro (PDT), José Eudes (PDT), Ademir Andrade (PMDB), Aldo Arantes (PMDB-PC DO B não-assumido), Borges da Silveira (PMDB), Egídio Ferreira Lima (PMDB), Euclides Scalco (PMDB), Fernando Cunha (PMDB), Francisco Amaral (PMDB), Francisco Pinto (PMDB), Hélio Manhães (PMDB), Hélio Duque (PMDB), João Cunha (PMDB), João Hermann (PMDB), Joaquim Roriz (PMDB), José Tavares (PMDB), Júlio Costamilan (PMDB), Lélcio de Souza (PMDB), Luiz Henrique (PMDB), Márcio Braga (PMDB), Márcio Santilli (PMDB), Osvaldo Lima Filho (PMDB), Paes de Andrade (PMDB), Plínio Martins (PMDB), Renan Calheiros (PMDB), Sebastião Nery (PMDB), Tides de Lima (PMDB), Farabulini Júnior (PTB), Virgildásio Senna (PMDB), Valmor de Luca (PMDB), José Genoíno — o único do PT — e, ainda, o ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra e o líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, ambos do PMDB.

Os militares já têm sua pesquisa. E apontam as tendências.

Flamarion Mossri

Da relação causou surpresa a observação política a inclusão de Bocayuva Cunha, Borges da Silveira, Farabulini Júnior, Francisco Amaral, Márcio Braga, considerados como trabalhistas moderados — e não como “esquerdistas” na visão dos militares. Os pesquisadores relacionaram, entre os prováveis reeleitos da esquerda na Câmara, o nome de Aloísio Bezerra, que é candidato ao Senado pelo PMDB do Acre.

Os assessores militares identificaram deputados “de esquerda” graças a uma entrevista do deputado paulista Ayrton Soares — que os relacionou em uma votação importante na Câmara. A matéria foi lida, recortada, analisada, arquivada e, agora, utilizada. O nome de Ayrton Soares, por sinal, não figura na lista dos prováveis reeleitos.

Reeleitos

Sem a classificação “de esquerda” outra relação inclui nomes considerados praticamente reeleitos, como Ulysses Guimarães (SP), Roberto Cardoso Alves (SP), Siqueira Campos (GO), Carlos Virgílio Távora (CE), Alberico Cordeiro (AL), César Cals Neto (CE), Prati de Moraes (RS), Angelo Magalhães (BA), Homero Santos (MG), Amaral Neto (RJ), Antônio Dias (MG), Francisco Benjamin (BA), Humberto Souto (MG), Jaime Santana (MA), Oscar Corrêia (MG), José Lourenço (BA), José Thomaz Nonô (AL), Lúcio Alcântara (CE), Maluly Neto (SP), Rita Furtado (RO), Sarney Filho (MA), Mário Assad (MG), Ricardo Fiuza (PE), Maurício Campos (MG), Rubem Medina (RJ), Caio Pompeu de Toledo (SP), Carlos Cotta (MG), Henrique Alves (RN), Heráclito Fortes (PI), Israel Pinheiro Filho (MG), Jorge Carone (MG), Jorge Leite (RJ), Simão Sessin (RJ), Jutahy Júnior (BA), Afri-

sio Vieira Lima (BA), Leopoldo Bessone (MG), Mário Hato (SP), Paulo Mincarone (RS), Teodoro Mendes (SP), Herbert Levy (SP), Gastone Righi (SP), Prisco Viana (BA), Samir Achôa (SP), entre outros.

Quem não vai gostar da pesquisa é o deputado mineiro Manuel Costa Júnior. Seu nome figura no grupo sem classificação ideológica. Nestes últimos quatro anos ele procurou sempre assumir posições de esquerda.

Na previsão das assessorias militares a renovação na Câmara poderá chegar bem perto dos 70%.

A pesquisa dos assessores dos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica relacionou apenas 35 candidatos de vários estados, como prováveis novos deputados. Alguns já exerceram mandatos parlamentares e três deles são senadores que estão disputando a Câmara (Aloísio Chaves, José Lins e Eunice Michiles).

Constam dessa relação, entre outros, Cláudio Chagas Freitas (RJ), Miro Teixeira (RJ), Ibrahim Abi Ackel (MG), Delfim Neto (SP), Francisco Dornelles (RJ), Luiz Ignácio Lula da Silva (SP), César Maia (RJ), Carlos Alberto Oliveira (RJ), Fernando Gasparian (SP), José Serra (SP), Guilherme Afif (SP), Ademar de Barros Filho (SP), Eunice Michiles (AM), Lúcia Vânia Costa (GO), Rita Camata (ES), Aloísio Chaves (PA), Hélio Costa (MG), Antônio Brito (RS), José Lins (CE), Jofran Frejat (DF), Márcia Kubitschek (DF), Geraldo Campos (DF), Vilma Maia (RN), Maria de Lourdes Abadia (DF), Júlio Campos (MT).

A surpresa da lista dos prováveis novos deputados é a não-inclusão de alguns candidatos considerados favoritos em seus Estados, como os mineiros Alysson Paulinelli (PFL) e Aécio Neves Cunha, José Geraldo Ribeiro e Roberto Brandt, todos do PMDB.

Na pesquisa de candidatos “mais cotados” ao Senado não há maiores surpresas. São os mesmos que aparecem em todas as pesquisas de empresas especializadas. Em São Paulo figuram os dois favoritos, Mário Covas e Fernando Henrique. Em Minas a relação só incluiu o nome do líder Alfredo Campos (PMDB). Os três candidatos mais cotados em Brasília constam da relação: Meira Filho e Pompêu de Souza, do PMDB, e Osório-Adriano, do PFL.